COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA

PROJETO DE LEI Nº 4.931, DE 2016

Dispõe sobre o direito à modificação da orientação sexual em atenção à Dignidade Humana.

Autor: Deputado EZEQUIEL TEIXEIRA

Relator: Deputado DIEGO GARCIA

I - RELATÓRIO

A proposta em análise pretende permitir que o profissional da Psicologia possa atender pessoas que por diversos fatores buscam ajuda psicológica, querendo entender melhor sua sexualidade, podendo, segundo seu próprio entendimento, determinar o curso da sua orientação sexual, no sentido de manter a que já possui ou mesmo alterá-la, uma vez que entenda essa mudança como algo necessário e benéfico para sua vida.

Sendo assim, essa proposta permite que o profissional da Psicologia possa atender, inclusive, pessoas classificadas no Código Internacional de Doenças como tendo transtornos psicológicos da orientação sexual egodistônica (CID F66.1); transtorno da maturação sexual; transtorno do relacionamento sexual e transtorno do desenvolvimento sexual, no sentido de auxiliar o que para tal pessoa pode significar uma mudança de orientação sexual ou mesmo na afirmação da que possui, mediante sua melhor compreensão.

A justificação ressalta que os transtornos de identidade sexual trazem intenso sofrimento psíquico. No entanto, ao procurar ajuda psicoterapêutica, as pessoas se deparam com barreiras impostas por

resolução da classe impedindo a participação dos psicólogos em terapias que visem mudança de orientação sexual.

Foram apresentadas duas emendas substitutivas em nossa Comissão, ambas resgatando os termos da Resolução 001 de 1999, do Conselho Federal de Psicologia, que "estabelece normas de atuação para os psicólogos em relação à questão da Orientação Sexual". A primeira, do Deputado Jean Wyllys, "estabelece princípios da atuação de profissionais de Psicologia em relação a Orientação Sexual e Identidade de Gênero". Prevê que a atuação dos psicólogos priorizará os princípios de não discriminação e o bem-estar das pessoas e da humanidade. O art. 2º determina que eles contribuam, com seu conhecimento, para uma reflexão sobre o preconceito e o combate à discriminação e estigmatização em virtude da orientação sexual e da identidade de gênero. Desse modo, não atuarão no sentido de patologizar comportamentos ou práticas homoeróticas, nem orientarão pessoas homossexuais, bissexuais ou transexuais para tratamentos não solicitados. Por fim, proíbe os psicólogos de colaborarem com eventos e serviços que proponham tratamento, cura ou reversão da orientação sexual ou identidade de gênero e de participar de pronunciamentos públicos que reforcem preconceitos sociais.

A segunda emenda, da Deputada Erika Kokay, vai no mesmo sentido da anterior, salientando o papel do profissional de Psicologia na reflexão sobre preconceito e enfrentamento de discriminações contra pessoas de comportamento homoerótico. Veda a patologização desse comportamento, a imposição de tratamentos não solicitados e a colaboração com serviços ou eventos que proponham tratamento e cura das homossexualidades. Salienta o escopo da Resolução nº 001, de 1999, do Conselho Federal de Psicologia, explicitando que psicólogos devem atuar em extrema observância aos princípios que regem o Código de Ética Profissional.

A proposta foi distribuída para análise para a Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, a seguir da nossa.

II - VOTO DO RELATOR

Estamos diante de questão extremamente polêmica, que já foi alvo de diversas iniciativas nesta Casa. A despeito da aparente discrepância entre as três propostas, elas apontam um importante tema comum: a liberdade do exercício da profissão com respeito estrito aos princípios éticos e com a mais ampla escuta dos anseios da pessoa que procura atendimento psicoterápico.

Tal proposta se baseia, antes de tudo, no direito do ser humano em buscar o que acredita ser o melhor para si, sendo os Psicólogos(as) os profissionais mais capacitados para lidar com a demanda comportamental, por exemplo, no que tange à sexualidade. Para tanto, essa proposta reconhece que a Psicologia não trabalha com “padrões absolutos”, apesar de reconhecê-los em muitos aspectos do desenvolvimento humano. Entretanto, sendo o comportamento humano de extrema complexidade, apenas a aceitação incondicional do Psicólogo(a) do cliente/paciente que o procura deve ser o norte do seu trabalho, uma vez que cada demanda é única e não pode ser enquadrada em um modelo universal acerca do que se define por sexualidade.

É importante frisar que o Psicólogo(a) não tem seu trabalho determinado por tais classificações diagnósticas. Entretanto, tais classificações servem de parâmetro para se compreender o que algumas pessoas trazem para o consultório psicológico como sendo um sofrimento que envolve sua identidade sexual e de gênero, de modo que os diversos estudos científicos, de caráter multidisciplinar, que fundamentam o conceito de “Orientação Sexual Egodistônica”, apenas reforçam a necessidade do profissional da Psicologia de acolher tais pessoas de modo incondicional, livre de pressupostos autodeterminados, mas invés disso considerando seus reais desejos e tendo como parâmetro do seu trabalho a certeza de que há consenso nas ciências comportamentais, e até biológicas, quanto ao caráter mutável do comportamento humano, em todos os aspectos, o que inevitavelmente diz respeito, também, a orientação sexual.

Isto posto, o texto do projeto de lei garante que o Psicólogo(a) poderá prestar terapia de apoio a pessoa que deseja, por exemplo, deixar de “ser homossexual para ser heterossexual”, tanto quanto para a que deseja deixar de ser “heterossexual para ser homossexual”, desde que tal desejo de mudança não seja consequência da indução do profissional, mas sim do próprio indivíduo mediante os motivos do seu sofrimento emocional/psicológico.

A razão dessa proposta está no fato de que a Resolução 01/99 do Conselho Federal de Psicologia, no seu artigo 3º, parágrafo único, e no artigo 4º, possui ampla margem de interpretação, fazendo com que o texto possa ser utilizado de forma coercitiva contra quem possui concepções científicas divergentes acerca da homossexualidade, da homoafetividade e da orientação sexual como um todo, algo que no campo científico é plenamente comum e saudável para o desenvolvimento do conhecimento, e não se confunde com preconceitos, mas diz respeito unicamente à formulação de conceitos e teorias fundamentadas por estudiosos da área.

Sendo assim, a presente proposta impede qualquer tipo de sanção dos Conselhos Profissionais de Psicologia no sentido de coibir ou mesmo punir os profissionais que, por convicções teóricas diversas, entendem ser possível acolher e auxiliar pessoas que desejam modificar sua orientação sexual, independente de qual seja, incluindo a homossexualidade, respeitando assim a liberdade do paciente/cliente em querer determinar o curso da sua psicoterapia, bem como a liberdade do profissional de utilizar seus conhecimentos e o vasto saber científico para auxiliá-lo neste sentido.

Deve-se notar que não tratamos aqui de um tipo de psicoterapia de “reversão” ou “reorientação”, como já existe fora do Brasil, mas simplesmente da liberdade do paciente/cliente poder externar seu desejo de mudança, bem como do Psicólogo em poder lhe auxiliar neste sentido, o que obviamente fará com que esse profissional precise estudar e se inteirar acerca dos fundamentos científicos existentes sobre o assunto.

Está claro, portanto, que este Projeto de Lei não visa liberar um tipo de psicoterapia não regulamentada pelo Conselho Federal de Psicologia, mas apenas de garantir que o profissional tenha autonomia, como pesquisador,

especialista e maior responsável pelo desenvolvimento da ciência psicológica, para acolher a demanda do seu paciente/cliente, seja ela qual for, podendo recorrer ao imenso corpo teórico da psicologia, dentro e fora do Brasil, para fundamentar e orientar melhor o seu trabalho.

Psicólogos(as) que se sentem intimidados(as) pela Resolução 001/99 para lidar com essas demandas, especificamente com os artigos 3º e 4º, uma vez que o caráter subjetivo do texto permite que o profissional seja denunciado e processado disciplinarmente até mesmo por falar algo que alguém, maliciosamente ou não, possa querer interpretar como “preconceito” apenas por não concordar com sua perspectiva teórica, e isso não apenas em seu consultório, mas principalmente em palestras, publicações das mais diversas, entrevistas, audiências públicas, em sala de aula e etc., já que o artigo 4º da referida Resolução viola o artigo 5º, IX da Constituição Federal, especialmente porque não especifica a natureza do que seriam “preconceitos sociais”.

Em suma, o essencial não é proibir o profissional de atuar nesse ou naquele sentido. O essencial é que ele atue para acolher as questões do paciente e o ajude a reencontrar o equilíbrio e a paz consigo mesmo. Essa atuação deve se dar, inescapavelmente, no sentido que a pessoa deseja. Assim, assiste razão às duas vertentes que observamos nos projetos.

Não há que se falar em impor mudanças ao paciente, mas sim em reequilibrá-lo para que alcance harmonia e realização em sua vida. Isto quer dizer respeitar a individualidade e atuar no sentido de que a pessoa possa identificar suas necessidades e consiga se fortalecer diante dos desafios diários.

Está em vigor a Lei 4.119, de 27 de agosto de 1962, que “dispõe sobre os cursos de formação em psicologia e regulamenta a profissão de psicólogo”. Constatamos que, desde a edição dessa lei, o perfil de atuação do psicólogo se expandiu e certamente ela precisa ser atualizada.

Por exemplo, a colaboração de psicólogos para eliminar preconceitos e discriminação na sociedade tem encontrado extensa demanda. E isso não se aplica somente ao grupo tratado no projeto. O preconceito hoje

existe, é amplamente disseminado nas redes sociais e se volta contra idosos, pessoas com deficiência, grupos étnicos, portadores de obesidade. Torna-se cada vez mais frequente o fenômeno doloroso do bullying e cresce o número de suicídios entre os jovens dele decorrente. Os idosos também estão se matando. Este tipo de atuação é um campo extremamente complexo e de caráter social, que demanda nos dias atuais cada vez mais intensa colaboração do profissional da Psicologia.

Em nosso ponto de vista, a aceitação ampla de cada ser humano e a isenção de preconceito e discriminação de qualquer natureza é preceito fundamental, não apenas inscrito na Constituição brasileira já no artigo 3º, mas reafirmado em diplomas que regem o exercício ético da profissão. Esta é a base da paz social, da qual tanto precisamos e que este Parlamento tanto se esforça por consolidar.

Nesse trabalho, é indispensável o concurso do profissional da Psicologia no estímulo à reflexão sobre a aceitação dos outros na sua diversidade e nas manifestações de cada ser, desde que consideradas saudáveis para o indivíduo e a sociedade em geral.

Assim, entendemos que é essencial preservar a liberdade do profissional e do paciente. Deve o psicólogo atuar em seu benefício observando rigorosamente os limites éticos, auxiliando-o no sentido que ele escolher, ajudando-o a lidar com suas dificuldades da forma como ele deseja. Isso quer dizer, adaptar-se à sua realidade ou buscar mudança, quer no sentido de alterar ou não a sua orientação sexual, seja ela qual for. Esse é o compromisso essencial que permeia o vínculo terapeuta-paciente: agir eticamente sem nenhum tipo de imposição, mas reconhecendo a afirmação do seu paciente como algo válido acerca de si mesmo.

Diante dessas considerações e da profundidade do tema, optamos por apresentar substitutivo que inclui na Lei 4.119, de 27 de agosto de 1962, que trata da profissão de psicólogo, dispositivos que explicitam sua vocação para pacificar conflitos pessoais ou sociais, sua importante participação no combate a preconceitos e ao vínculo ético que deve nortear a relação entre profissional e paciente.

Lembramos ainda que os termos da lei devem se revestir do caráter de generalidade e não se destinar a situações específicas. Ao adotarmos abordagem geral, estamos estendendo os benefícios da norma em discussão a todos os eventualmente envolvidos no binômio terapeuta-paciente.

Assim, manifestamos o voto pela aprovação do Projeto de Lei 4.931, de 2016 e das emendas apresentadas, na forma do substitutivo a seguir.

Sala da Comissão, em de de 2018.

Deputado DIEGO GARCIA
Relator

COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 4.931, DE 2016

Altera a Lei 4.119, de 27 de agosto de 1962, que “dispõe sobre os cursos de formação em psicologia e regulamenta a profissão de psicólogo” para explicitar a observância de princípios éticos e dos objetivos do paciente.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º. Esta lei altera a Lei 4.119, de 27 de agosto de 1962, que “dispõe sobre os cursos de formação em psicologia e regulamenta a profissão de psicólogo” para explicitar a observância de princípios éticos e dos objetivos do paciente.

Art.2º. O artigo 13 da Lei 4.119, de 27 de agosto de 1962, que “dispõe sobre os cursos de formação em psicologia e regulamenta a profissão de psicólogo” passa a vigorar acrescido dos seguintes §1º, §2º e §3º, § 4º, renumerando-se os demais parágrafos:

“Art. 13.

§ 1º. “A atuação do Psicólogo será isenta de discriminação de qualquer natureza e se fará em benefício do paciente e seu bem-estar, observando rigorosamente os objetivos por este determinados e os preceitos éticos da profissão.” (NR);

§ 2º “O Psicólogo possui a liberdade para desempenhar atividades de ensino, pesquisa, publicações, palestras, entrevistas e serviços que visam aperfeiçoar sua prática profissional, de conhecimento e produção científica, podendo tratar de forma privada ou pública assuntos de qualquer natureza, sem risco de cerceamento da atividade acadêmica, filosófica e intelectual, enquanto profissional ou pessoa de direito, por consequência de divergências teóricas, políticas ou ideológicas;

§ 3º O Psicólogo fica protegido, em respeito ao Artigo 5º da Constituição Federal do Brasil e desse Projeto de Lei, de qualquer prejuízo em decorrência de arbitrariedades praticadas pelo Sistema Conselhos de Psicologia, no tocante à extrapolação da sua competência enquanto autarquia destinada à função exclusiva de regulamentação e fiscalização do exercício profissional;

§ 4º “Em benefício da sociedade e por garantia do caráter e regulamentação científica da profissão, o Psicólogo tem o direito de denunciar, sempre que achar necessário e pelos meios que dispuser, abusos ou constrangimentos que tenha sofrido pelo Sistema Conselhos de Psicologia, em decorrência da sua não concordância com posicionamentos da autarquia referentes a temas de natureza política, ideológica ou religiosa, e que, portanto, violam o limite de atuação dessa autarquia;

Art. 3º. Dê-se ao §2º vigente, renumerando-o para § 5º, a seguinte redação:

“Art. 13.....
.....

§ “5º É da competência do psicólogo a colaboração em assuntos psicológicos ligados a outras ciências e áreas da sociedade no estímulo à reflexão sobre inclusão, no combate à discriminação e preconceito de qualquer natureza, respeitando a diversidade de pensamento e do ser humano como um todo, tendo como parâmetro fundamentos científicos que possam respaldar sua conduta enquanto profissional.” (NR)

Art. 4º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em de de 2018.

Deputado DIEGO GARCIA

Relator